



## NOTA PÚBLICA

### AS AULAS REMOTAS NO PARANÁ: DE UM MODELO QUE GERA EXCLUSÃO E ABANDONO ESCOLAR AO DESAFIO DA REORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM COM QUALIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

*No novo tempo, apesar dos castigos  
De toda fadiga, de toda injustiça  
Estamos na briga, prá nos socorrer!  
Pra que nossa esperança, seja mais que a vingança  
Seja sempre um caminho que se deixa de herança  
(Ivan Lins)*

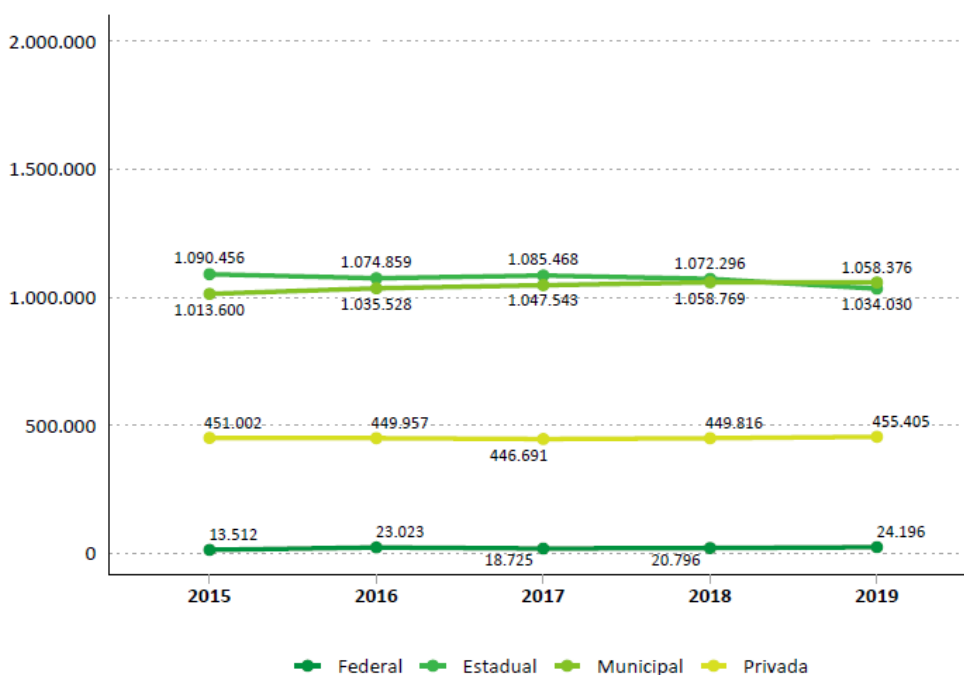
#### I. Um modelo que gera exclusão e desigualdades

No Brasil estamos acima de 4,3 milhões de infectados(as) pelo Covid-19 e, infelizmente, mais de 130 mil mortes. No Paraná rompemos a casa de 150 mil infectados(as), com mais de 3,8 mil mortes. Os números são assustadores e dão a dimensão de que estamos longe de ter controle da pandemia em território brasileiro e paranaense.

Nesse cenário de caos, sem medidas governamentais federais e estaduais de eficácia do controle da pandemia, passados 6 meses dos primeiros casos, com um número diário alto de infectados(as) e de mortes, alguns governos estaduais e municipais têm insistido na volta as aulas.

A rede pública estadual atende mais de 1 milhão de estudantes. O mesmo ocorre com as redes públicas municipais. São mais de 75% da população escolar que são atendidos por estas redes.

**Gráfico: MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA- PARANÁ - 2015-2019** (Fonte: Inep: Censo da Educação Básica)



São bem mais que 200 mil os(as) profissionais da educação que atendem aos(às) estudantes nas cerca de 7500 escolas municipais e estaduais públicas no estado do Paraná. Podemos afirmar, com segurança, se contarmos as famílias de estudantes e dos(as) profissionais, que mais da metade da população paranaense está envolvida com a escola básica. Falar em retorno às aulas, neste contexto, nos parece que é expor a população paranaense à contaminação pelo Covid-19 e os números, que já são alarmantes, tendem a serem maiores.

Desde a publicação em março do Decreto governamental 4230/2020, que suspendeu as aulas na rede pública estadual (art.8º), da Resolução 891/2020 pela Secretaria de Educação, estabelecendo as diretrizes para o teletrabalho para a educação pública na rede estadual do Paraná e, ainda, da Deliberação 01/2020 pelo Conselho Estadual da Educação (CEE), que estabeleceu o regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares em decorrência do Covid-19, e da Resolução 1016/2020, pela Seed, em abril, substituída pela Resolução 1522/2020 de 07 de maio, em que se estabelecem as diretrizes para as atividades escolares não presenciais, as redes estadual e municipais têm optado pela formas de aula não presenciais.

Em outros momentos já denunciávamos a política educacional do governo Ratinho Junior. No começo de junho publicamos o documento “APP-Sindicato avalia a Educação não-presencial ofertado na rede do estado do Paraná” (<https://appsindicato.org.br/app-sindicato-expoe-problemas-da-ead-e-apresenta-propostas-para-a-educacao-durante-a-pandemia/>). No Conselho Estadual do dia 12 de junho aprovamos o “Manifesto por uma Educação Humanizadora e em defesa da Vida: Contra as políticas educacionais de produção de exclusão e desigualdades em tempo de pandemia de Covid-19” ([https://appsindicato.org.br/manifesto\\_educacao\\_humanizadora\\_defesa\\_vida/](https://appsindicato.org.br/manifesto_educacao_humanizadora_defesa_vida/)), no qual denunciávamos as atuais políticas educacionais governamentais e municipais que vinham ocorrendo durante a pandemia. Também anunciávamos um conjunto de diretrizes que entendemos deveria ser levado em conta na organização das escolas no período e até no pós pandemia. Um mês depois, no dia 12 de agosto, o Fórum Estadual Popular de Educação do Paraná, da qual a APP-Sindicato faz parte, reunido em plenária, aprovou uma Carta Manifesto de não retorno às aulas presenciais sem as necessárias condições sanitárias e pedagógicas adequadas. Recentemente, no final de agosto, publicamos o *Jornal 30 de Agosto* também com uma avaliação do período (<https://appsindicato.org.br/jornal-30-de-agosto-no-213/>).

Neste tempo de pandemia, tem sido gerado muito descontentamento por parte não só dos(as) profissionais da educação, como também de estudantes, pais, mães e responsáveis, porque nem todos(as) têm acesso e os(as) que têm, mostram dificuldade em acompanhar ou produzir aprendizagem a partir de um modelo misto de aulas televisionadas, plataformas de ensino e entrega de materiais impressos, o que, certamente, levará ao aumento das desigualdades educacionais. Em plena pandemia o Governo tem promovido alterações, para pior, na oferta e manutenção das modalidades de EJA, do Ensino Profissionalizante, da educação nas prisões e das escolas do campo, dificultando o acesso e a permanência com qualidade dos(as) educandos(as) destas modalidades. Os(as) estudantes da modalidade de Educação Especial estão completamente excluídos(as) de todo o processo de ensino remoto com um prejuízo muito grande. Ainda na pandemia, aprovou um projeto no ALEP que extinguiu a carreira de funcionário(a) de escola, abrindo espaço para as terceirizações. Os municípios seguem à risca o plano estadual e têm feito ataques e precarizando a educação nas redes municipais.

Também nesse período o governo instalou o Comitê Estadual de Retorno as Aulas. Pressionado por setores privatistas, sem o devido tempo de discussão, aprovou um conjunto de normas e protocolos para o retorno as aulas. A APP-Sindicato fez parte do Comitê, mas diante do atropelo do debate, em que não se ouviu os(as) profissionais da educação, recusou-se a ser signatária do documento. Nesse mesmo período o Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (SINEPE-PR) massificou uma campanha de volta às aulas com a impressão e distribuição de uma cartilha de convencimento da população de que é hora de retornar às aulas. O governo do Paraná a princípio pretendia retornar as aulas em setembro, mas o aumento na curva de contaminação ocorrida entre julho e agosto e a divulgação de pesquisas nacionais e estaduais demonstrando que cerca de 2/3 dos pais ou responsáveis estão longe de quererem que seus filhos(as) retornem as aulas fizeram com que o governo recuasse.

A pressa do retorno tem sido justificada pelo governo pela previsão do aumento dos índices de evasão. Contrariando o seu próprio discurso, de que o sistema é eficiente e tem tido acesso de mais 90% dos(as) estudantes, a Secretaria admite que haverá um aumento na evasão escolar e, podemos também inferir, que haverá um aumento no número de reprovados(as). Segundo dados do Censo Escolar, em 2018 as taxas de reprovação e evasão no Ensino Fundamental na rede estadual foram de 11,5% e 1,9% respectivamente. No Ensino Médio essas taxas são ainda maiores: 12,9%, no caso de reprovação, e 7,5% em relação à evasão. A previsão de aumento na reprovação e evasão impactaria significativamente nestes índices, que por sua vez resultaria em queda no IDEB, algo muito caro para o atual secretário e para sua política pedagógica de resultados.

A Seed tem pressionando os(as) trabalhadores(as) da educação e estudantes para acessarem e interagirem no sistema. Os(as) profissionais têm sido constantemente monitorados e coagidos a interagir no sistema, mesmo sem a presença de estudantes. Mantém-se a política do controle que vem desde o início deste governo. Na tentativa de alterar os possíveis resultados educacionais de 2020 o secretário tentou impor o uso do Google Meet a professores(as) e estudantes. Mas diante da massiva manifestação contrária da categoria, pelo menos nesse momento, voltou atrás. Temos insistido que toda essa política gera um alto grau de adoecimento na categoria, em especial o adoecimento mental, não produz os resultados esperados pelo Estado e desrespeita a autonomia das escolas e dos(as) professores(as) em decidir quais as estratégias pedagógicas devem ser adotadas em cada turma atendida. **Reafirmamos nossa contrariedade ao modelo de aulas não presenciais adotado pela Seed que gera exclusão educacional, sobrecarga de trabalho e adoecimento.**

Todo este quadro desenhado exige que sejamos firmes na defesa da vida humana. Mesmo em um momento posterior de remissão das contaminações e mortes não devemos nos descuidar. Países europeus que se organizavam para o retorno as aulas perceberam que ainda não há segurança para o retorno e voltaram atrás em suas expectativas. Em Manaus o retorno as aulas resultou na contaminação de mais de 340 professores(as). Vidas humanas importam! **PELA PRESERVAÇÃO DA VIDA E A AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANITÁRIAS, NÃO HÁ COMO RETORNAR ÀS AULAS PRESENCIAIS EM 2020.** Por isso que a assembleia estadual dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Paraná aprovou, no dia 12 de setembro de 2020, **GREVE PELA VIDA EM CASO DE CONVOCAÇÃO DO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS EM 2020.** Em relação às redes municipais, haverá necessidade da realização de assembleias municipais para referendo desta deliberação.

## II. Subsídios para a retomada do processo ensino aprendizagem

No caso do retorno às aulas presenciais, dadas as condições sanitárias para que isso ocorra, um conjunto de diretrizes condiciona esse retorno:

- a. preservação do direito à vida;
- b. garantia do direito à educação de qualidade;
- c. direito à testagem e ao atendimento de saúde pública;
- d. garantia de autonomia e gestão democrática das escolas;
- e. preservação dos empregos e direitos trabalhistas de professores(as) e funcionários(as) da educação com contratos de trabalho temporários(as);
- f. valorização da relação e do vínculo professor-estudante e
- g. garantia de emprego, salário e direitos da carreira, como pagamento da Data-base, do PSPN, do Piso Mínimo Regional, das aulas extraordinárias e/ou jornada suplementar, do adicional noturno e auxílio transporte; proteção ao uso de imagem e cessão de direitos.

Antes do reinício das aulas presenciais é necessário:

- a. garantir que a transmissão de Covid-19 esteja sob controle e os sistemas de saúde sendo capazes de detectar, testar, isolar e tratar todos os casos, bem como de rastrear todos os contatos;
- b. assegurar que escolas, locais de trabalho e outros locais essenciais recebam as adequações estruturais e de materiais para adotar medidas preventivas e eficazes para evitar o contágio de Covid-19;
- c. adotar medidas educativas para a garantia de que as comunidades estejam engajadas e capacitadas para viver sob uma nova realidade;
- d. articular ações entre governos, sistemas de saúde, cientistas e sindicatos para o controle transparente dessa nova realidade;
- e. garantir recursos financeiros para investimento em prevenção, segurança e auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- f. estabelecer um planejamento conjunto a partir dos contextos estadual e municipais, com a criação de comitês municipais e escolares com ampla participação dos(as) profissionais da educação, pais, mães e responsáveis e estudantes com a função de elaborar um plano pedagógico de retorno às aulas que considere:
  - a garantia de aprendizagem, com acesso e permanência em aulas presenciais, evitando a duplicação de trabalho que pode ocorrer em um sistema híbrido que envolva aulas presenciais e remotas;

- a reorganização pedagógica, metodológica e de conteúdos unificando o ano de 2020 e 2021 em um único ciclo de aprendizagem, com a avaliação das atividades não presenciais ofertadas durante o período de suspensão das aulas presenciais o encerramento do ano letivo de 2020 e a progressão dos(as) estudantes para a etapa/ano seguinte em 2021;
  - a manutenção das férias e recessos escolares (momento de descanso psicológico para estudantes e profissionais) no momento da reestruturação do calendário;
  - a reorganização dos tempos e espaços escolares, com redefinição do número de crianças e estudantes por sala de aula, escalonamento das crianças e estudantes em aulas presenciais e em atividades complementares (aulas de reforço e/ou não presenciais);
  - reorganização do porte de escola para adequações necessárias para um melhor atendimento aos(às) estudantes;
  - a promoção de reforço escolar no contraturno para todos(as) os(as) estudantes com maior defasagem na aprendizagem, considerando a realidade das diferentes escolas;
  - a contratação de professores(as) para as atividades complementares e suplementares para que não haja sobrecarga de trabalho aos(às) atuais profissionais e
  - uma ampla campanha de mídia para o retorno dos(as) estudantes para a escola;
- g. estabelecer um protocolo de segurança sanitária no ambiente escolar: ventilação adequada, rede de água potável e esgoto, higienização e testagem das pessoas, desinfecção das estruturas físicas e dos materiais didáticos de uso coletivo, assegurando equipamentos suficientes e produtos de higiene e limpeza (sabão, álcool em gel, máscaras etc.);
- h. prover apoio psicossocial para estudantes, famílias e trabalhadores(as) em educação, garantindo o bem-estar físico e emocional da comunidade escolar;
- i. reorganizar a oferta do transporte escolar, com ampliação de veículos e criação de novas rotas, a fim de garantir a ocupação segura do veículo e o atendimento a todas as crianças e estudantes contemplados pelo programa;
- j. proporcionar ambientes seguros para a alimentação dos estudantes e reforçar os cardápios das escolas;
- k. garantir o acesso à formação e à capacitação continuadas aos(as) profissionais das escolas públicas frente aos desafios pedagógicos que este “novo normal” nos impõem;
- l. proporcionar a inclusão tecnológica com disponibilização de Plataforma digital pública, equipamentos e acesso gratuito à internet visando a autonomia tecnológica, para possível complementação pedagógica não substitutiva da forma presencial do papel pedagógico e da liberdade de ensino dos(as) professores(as).

Em tempos de pandemia e da necropolítica, em que os números de contaminados e mortos se sucedem numa escala sem fim de horrores, é preciso reafirmar nosso compromisso com a educação pública que reverbere valores universais como dignidade da vida humana e solidariedade. Os comensais da morte são hoje políticos e capitalistas genocidas que anunciam o tempo da barbárie, preocupados apenas com os lucros de dividendos econômicos. A pandemia escancarou ainda mais a inconsistência do projeto neoliberal que se desenha no Brasil e no Paraná. Hoje a realidade evidencia um aumento dos níveis de pobreza e de desigualdade que tenderá a permanecer em nossa sociedade por muito tempo.

É preciso, também, reafirmar a importância dos serviços públicos e de seus/suas servidores(as) principalmente em áreas essenciais para a vida humana, como a saúde e educação. Os problemas provocados pelo Covid-19 demonstraram a todos(as) a importância de investimentos nos serviços públicos que vêm sendo sucateados anos a fio pelas políticas governamentais de defesa do Estado mínimo. É necessário maior investimento em pesquisa e em ciência, centrada nas universidades públicas estaduais e federais, no atendimento a saúde, através do SUS, e para a assistência social, além, é evidente, da própria educação, desde a creche até a universidade.

É nesse tempo de urgências, apesar dos desafios, que precisamos firmar nossos pés no chão na defesa da Educação Pública de qualidade, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, na perspectiva de uma educação humanizadora.

É isso que a APP-Sindicato tem feito em seus mais de 73 anos. Vencemos períodos difíceis: o pós-guerra, a ditadura civil militar e sucessivos governos autoritários como os de Álvaro Dias, Jaime Lerner e Beto Richa. Saberemos resistir e esperar mais este difícil período.

*Porque nossa resistência e esperança são sempre os caminhos que se deixam de herança.*

**Assembleia Estadual da APP-Sindicato  
12 de setembro de 2020**